Belém (PA), 21 de novembro de 2022.

Ao Grupo Temático de Ciência e Tecnologia do Governo de Transição

Prezadas/os Senhoras/es,

Recebemos com satisfação a nomeação desse Grupo Temático do Governo de Transição. Acreditamos que é o momento para ampliarmos o diálogo entre a comunidade científica brasileira e os representantes do próximo governo, assim como de retomarmos antigas demandas que receberam pouca atenção nos últimos anos. Entre elas, a elaboração de uma **Política Nacional de Preservação e Gestão do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro**.

Uma política dessa natureza foi proposta em 2002 por um grupo de especialistas nomeado pelo ex-ministro Ronaldo Sardenberg. Naquela ocasião, a política deveria nortear a realização do Inventário Nacional do Patrimônio Científico e Tecnológico, instrumento planejado pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia para orientar os investimentos dos Fundos Setoriais, sobretudo o de Infraestrutura. Com a mudança de governo em 2003, o grupo de especialistas foi reinstalado, mas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a gestão do Dr. Erney Plessmann de Camargo. Esse novo grupo retomou o relatório anterior e apresentou propostas semelhantes, pautadas, sobretudo, na necessidade de conhecer o que se convencionou chamar de 'patrimônio científico e tecnológico brasileiro', incentivar pesquisas sobre ele e formar recursos humanos especializados em sua preservação e gestão.

No aludido documento, o termo 'patrimônio científico e tecnológico' compreende "o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e instalações, bibliotecas, mapotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros da produção científica de brasileiros no exterior (...)".

Passados 20 anos daquela iniciativa pioneira, pouco ou quase nada foi implementado – e muito se perdeu em incêndios e furtos. As instituições que salvaguardam acervos e coleções científicas, de qualquer tipologia e área de conhecimento, continuam enfrentando dificuldades para a preservação e a gestão desses acervos, lidam com a falta de instrumentos normativos, de recursos e de pessoal especializado em curadoria, documentação e conservação, não conseguem compartilhar laboratórios, dados nem expertise, investem pouco em digitalização e informatização, pouco exploram o enorme potencial de uso desse patrimônio, seja na economia, na educação, na saúde pública ou na gestão ambiental e territorial.

Recentemente, esse assunto foi novamente retomado por ocasião do **Simpósio Coleções Científicas e a Construção do Conhecimento**, realizado no Museu Goeldi, em Belém (PA), entre 7 e 11 de novembro de 2022. Nessa ocasião, 200 especialistas de diversas instituições do país debateram os problemas, as demandas e o potencial de uso das várias tipologias de acervos e coleções científicas existentes no Brasil. Além do Museu Goeldi, o evento foi promovido pelo

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/MCTI) e do Global Biodiversity Information Facility (GBIF). Houve representação de 23 instituições de ensino e pesquisa e de cinco sociedades científicas, além de dois ministérios (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e do povo indígena Djeoromitxí, de Rondônia.[1]

A ampla adesão da comunidade científica ao Simpósio e a qualidade e gravidade das discussões realizadas nesse evento deram ensejo para que retomemos algumas das propostas pensadas em 2002/2003, devidamente atualizadas. A principal delas é a elaboração da **Política Nacional de Preservação e Gestão do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro**, aqui contemplado em dois componentes: a) acervos e coleções institucionalizados e regulamentados; b) sítios e edificações históricas associados a coleções e tombados como Patrimônio Nacional. Os objetivos dessa política seriam: a) garantir a integridade física de acervos e coleções brasileiros; b) garantir a informatização, o uso e o acesso a esses acervos e coleções.

Em anexo, VV. Sas. encontrarão as justificativas, uma proposta para a criação de um Grupo de Trabalho destinado a elaborar a minuta da política, além de premissas e sugestões de encaminhamento.

Solicitamos o apoio deste Grupo Temático para que a política aqui proposta seja priorizada no governo que se inicia, pois dela depende a estruturação de um campo de trabalho diverso e complexo, o estabelecimento de conceitos, diretrizes, compromissos éticos, assim como a distribuição de responsabilidades e a definição de boas práticas de uso e gestão.

Cordialmente,

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)
Sociedade Botânica do Brasil (SBB)
Sociedade Brasileira de Carcinologia (SBC)
Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI)
Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa)
Sociedade Brasileira de Mastozoologia (SBMZ)
Sociedade Brasileira de Ornitologia (SBO)

[1] **Instituições presentes no Simpósio Coleções Científicas e a Construção do Conhecimento (ordem alfabética):** Associação dos Servidores do CNPq (ASCON); Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Instituto Nacional do Semiárido (INSA); Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA); Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Museu da Amazônia (MUSA); Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Museu do Índio (MI/FUNAI); Museu Nacional (MN/UFRJ); Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); Universidade de Lisboa (UL); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Sociedades científicas presentes no Simpósio Coleções Científicas e a Construção do Conhecimento (ordem alfabética): Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Sociedade Botânica do Brasil (SBB), Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC) e Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ).

Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ)
Sociedade Brasileira para o Estudo de Elasmobrânquios (SBEEL)
Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (SBEQ)
Sociedade Entomológica do Brasil (SEB)

PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO

- Considerando a centralidade das coleções científicas para a pesquisa geológica, biológica, biomédica, arqueológica, antropológica, linguística, histórica e museológica;

- Considerando a importância das coleções científicas para a gestão ambiental e territorial, para o desenvolvimento econômico, para a educação, para a saúde pública, para a memória e a identidade social;

- Considerando a existência, no território brasileiro, de significativos acervos e coleções científicas em todas as áreas do conhecimento;

- Considerando as lacunas ou inexistência de instrumentos normativos que estruturem o campo do patrimônio científico e tecnológico no Brasil, com sua diversidade e complexidade, incluindo o estabelecimento de conceitos, diretrizes, compromissos éticos, assim como a distribuição de responsabilidades e a definição de boas práticas de uso e gestão;

- Considerando a grande expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia nos últimos 20 anos, porém sem a necessária correspondência de investimentos na conservação, digitalização e informatização do patrimônio científico e tecnológico;

- Considerando a atual fragilidade institucional de museus, universidades, institutos de pesquisa e outras organizações que salvaguardam acervos e coleções, expressa em orçamentos insuficientes e na carência de pessoal qualificado;

- Considerando a fragmentação de programas, projetos e redes destinados à gestão e ao desenvolvimento de coleções, dispersos em diferentes unidades administrativas dos governos federal, estaduais e municipais;

- Considerando a ausência de financiamento regular e a escassez de recursos destinados à gestão e ao desenvolvimento de acervos, sobretudo em âmbito federal;

- Considerando os problemas de governança atualmente existentes nos programas e nas iniciativas do Poder Executivo destinados à gestão de coleções e de dados científicos;

- Considerando as ameaças reais ao patrimônio científico e tecnológico do Brasil, originadas dos problemas indicados acima e exemplificadas com irreparáveis perdas de acervos nos incêndios do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (2006 e 2014), do Instituto Butantan (2010), da Universidade Estadual Paulista/Botucatu (2012), do Memorial da América Latina (2013), do Museu da Língua Portuguesa (2015), do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (2020), da Cinemateca Brasileira (2021) e da Universidade Estadual Paulista/Rio Claro (2022);

- Considerando, finalmente, a evasão do patrimônio científico e tecnológico do Brasil, também originada dos problemas indicados acima e exemplificada nos furtos ocorridos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2003), na Universidade Federal de Minas Gerais (2004), no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), na Fundação Oswaldo Cruz (2007), no Museu

Paraense Emílio Goeldi (2008), no Instituto de Botânica do Estado de São Paulo (2012), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e na Universidade de São Paulo (2016);

As sociedades científicas identificadas abaixo sugerem a criação de um Grupo de Trabalho (GT) destinado à elaboração de uma proposta de **POLÍTICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO**.

Propõe-se um GT coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e constituído por organizações reguladoras da União, como Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e por representantes das associações científicas que lidam diretamente com o patrimônio científico e tecnológico do Brasil, como as que assinam este documento.

Os representantes dessas instituições – todas envolvidas com a gestão, a pesquisa e o desenvolvimento de acervos científicos e de conhecimentos associados – trabalharão no sentido de estabelecer conceitos norteadores e de distribuir responsabilidades, assim como de identificar e recomendar boas práticas de pesquisa, incremento, gestão, uso, divulgação de dados associados e conservação de acervos e coleções científicas.

A proposta de política deve contemplar dois componentes associados: a) acervos e coleções institucionalizados e regulamentados; b) sítios e edificações históricas associados a coleções e tombados como Patrimônio Nacional.

A proposta de política deve ter como objetivos: a) garantir a integridade física de acervos e coleções científicas; b) garantir a informatização, o uso e o acesso a esses acervos.

A proposta de política deve priorizar a realização do Inventário Nacional do Patrimônio Científico e Tecnológico, proposto no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações há 20 anos e nunca realizado.

A proposta de política deve se enquadrar nas premissas dos movimentos OpenScience e FAIR Data, que garantem transparência, encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reuso de dados e infraestrutura.

Sugere-se que a proposta da política estabeleça quatro programas de implementação:

1. Documentação e desenvolvimento de coleções científicas (incluindo trabalho de campo e pesquisas históricas e museológicas);
2. Conservação de coleções científicas (incluindo gestão de riscos, controle ambiental, guarda e digitalização);
3. Gestão, uso e acesso (incluindo práticas curatoriais, informatização, gestão de dados e políticas de acesso);
4. Formação de pessoal especializado para a gestão de coleções científicas (curadores e assistentes especializados nas diversas áreas de conhecimento, conservadores, museólogos e cientistas de dados).

Sugere-se, por fim, que a proposta de política estabeleça como estrutura de governança a criação de redes temáticas especializadas, por exemplo, em coleções biológicas, arqueológicas,

antropológicas, linguísticas, geológicas, arquivísticas, bibliográficas, de instrumentos e equipamentos.

Essa proposta recebeu o apoio das seguintes sociedades científicas (em ordem alfabética):

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)
Sociedade Botânica do Brasil (SBB)
Sociedade Brasileira de Carcinologia (SBC)
Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI)
Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa)
Sociedade Brasileira de Mastozoologia (SBMZ)
Sociedade Brasileira de Ornitologia (SBO)
Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ)
Sociedade Brasileira para o Estudo de Elasmobrânquios (SBEEL)
Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (SBEQ)
Sociedade Entomológica do Brasil (SEB)